

DIOGO DE ARAUJO LIMA  
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR

aspectos teóricos  
e pragmáticos: com  
as alterações da

**LEI N° 14.230, DE 25  
DE OUTUBRO DE 2021**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Anotistas de Operações Editoriais:* Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

*Capo:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfico*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lima, Diogo de Araujo

Acordo de não persecução cível aspectos teóricos e pragmáticos : com as alterações da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021 / Diogo de Araujo Lima e Luiz Manoel Gomes Junior. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0858-4

1. Brasil. Ministério Público. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Público. 4. Improbidade administrativa - Legislação - Brasil. I. Gomes Junior, Luiz Manoel. II. Título.

22-120827

CDU-35.08:343.352(81)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Improbidade administrativa : Ação cível Direito administrativo  
35.08:343.352(81)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária CRB-8/9380

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS – Diogo de Araújo Lima.....	9
AGRADECIMENTOS Luiz Manoel Gomes Junior.....	11
INTRODUÇÃO.....	17
<b>1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS.....</b>	<b>23</b>
1.1. Noções introdutórias.....	23
1.2. Competência.....	29
1.3. Legitimidade.....	38
1.4. Tipologia dos atos de improbidade.....	44
1.4.1. Enriquecimento ilícito.....	46
1.4.2. Dano ao erário.....	49
1.4.3. Violação aos princípios da Administração Pública.....	53
1.5. Elemento subjetivo nos atos de improbidade.....	57
<b>2. DAS CONSEQUÊNCIAS PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>63</b>
2.1. Natureza jurídica.....	63
2.2. Espécies.....	64
2.2.1. Ressarcimento integral do dano.....	66
2.2.2. Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio....	72
2.2.3. Multa civil.....	73
2.2.4. Perda da função pública.....	80
2.2.4.1. Cassação da aposentadoria.....	89
2.2.5. Suspensão dos direitos políticos.....	93
2.2.6. Proibição de contratar ou receber incentivos fiscais ou creditícios...	100
2.3. Parâmetros mínimos para a composição extrajudicial e judicial na improbidade administrativa.....	105
2.4. Coordenação, instrução e aplicação das diversas sanções.....	109

## 14 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL

3.	ABANDONO DO DOGMA DA IMPOSSIBILIDADE DE ACORDOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	113
3.1.	Abertura normativa à consensualidade.....	113
3.1.1.	Acordo de leniência no direito concorrencial .....	117
3.1.2.	Acordo de leniência na Lei Anticorrupção .....	121
3.1.3.	Termo de Cessação de Conduta da Lei Antitruste (n� 12.529/2011).....	124
3.1.4.	Diferenç�as entre acordo de leniência do Direito Concorrencial, acordo de leniência da Lei Anticorrupção e termo de cessação de conduta .....	126
3.2.	Leidos Juizados Especiais: rompimento do paradigma da indisponibilidade da a�o penal .....	129
3.3.	A descriminaliza�o via jurisprudência em crimes de menor gravidade ....	133
4.	A SUPERA�O DA INADEQUADA INTERPRETA�O DA INDISPONIBILIDADE DO PATRIM�NIO PÚBLICO .....	137
4.1.	A moralidade administrativa como direito fundamental do cidadão e dever da Administra�o Pública: a eficiência como garantia do direito .....	137
4.2.	Acordo em matéria de improbidade administrativa: da veda�o � expressa permissão na Lei n� 8.429/1992.....	141
4.3.	A unidade e a necessária coerência do microsistema da probidade administrativa .....	146
4.4.	Direito intertemporal e retroatividade da nova lei de improbidade administrativa no que se refere às sanções e ao acordo de não persecu�o cível....	151
5.	ACORDO DE NÃO PERSECU�O CÍVEL .....	163
5.1.	Aspectos gerais do acordo de não persecu�o cível.....	163
5.1.1.	Conceito.....	163
5.1.2.	Natureza jurídica.....	164
5.1.3.	Legitimidade .....	167
5.1.4.	Elementos do Acordo de Não Persecu�o Cível.....	168
5.1.5.	Reflexões sobre o regime jurídico cabível .....	174
5.1.6.	Critérios para a fixa�o de benefícios em favor do celebrante.....	188
5.1.7.	O poder de regulamenta�o do Acordo de Não Persecu�o Cível pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelos Ministérios Públicos Estaduais.....	192
5.1.8.	Do procedimento do Acordo de Não Persecu�o Cível extrajudicial.....	196
5.1.9.	Do procedimento para a homologa�o judicial do acordo .....	199
5.2.	Aspectos controversos do acordo de não persecu�o cível.....	201
5.2.1.	Limite temporal para a celebra�o do acordo: o acordo pode desconstituir os efeitos da coisa julgada? .....	201

5.2.2. Necessidade de homologação do Acordo de Não Persecução Cível...	205
5.2.3. Sanções passíveis de negociação no Acordo de Não Persecução Cível (inclusive no âmbito eleitoral) .....	208
5.2.4. Convenções processuais e sanções processuais atípicas no Acordo de Não Persecução Cível .....	217
5.2.5. Especificidades das sanções do Acordo de Não Persecução Cível: princípios da consunção, detração, renúncia ao cargo público e cassação da aposentadoria .....	220
5.2.6. Participação da pessoa jurídica de direito público lesada: obrigatoriedade ou faculdade?.....	224
5.2.7. Os limites do controle judicial sobre o acordo de não persecução cível: autonomia da vontade e discricionariedade motivada .....	227
5.2.8. Acordo de Não Persecução Cível em casos de solidariedade passiva .....	234
5.2.9. A previsão de cláusulas pró-futuro nos Acordos de Não Persecução Cível.....	236
5.2.10. Acordo de Não Persecução Cível e a independência de instâncias ...	239
5.2.11. Acordo de Não Persecução Cível extrajudicial e a prescrição .....	241
<b>6. CONCLUSÕES.....</b>	<b>245</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>251</b>